

## **O QUE DIZEM OS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E CIÊNCIAS NATURAIS EM DUAS UNIVERSIDADES DO PARÁ SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL?**

Autor (1); Co-autor (2); Orientador (3)

**Dhemersson Warly Santos Costa<sup>1</sup>**  
Graduando em Ciências Biológicas  
Universidade Federal do Pará-dhemerson-santos@hotmail.com

**Beatriz Meireles de Souza<sup>2</sup>**  
Graduanda em Pedagogia  
Universidade Federal do Pará-biameireles22@hotmail.com

**Carlos Augusto Silva e Silva<sup>3</sup>**  
Mestrando em Educação Científica e Matemática  
Universidade Federal do Pará /IEMCI- Bolsista CAPES-carlosaugusto.s02@gmail.com

### **Resumo**

O presente estudo almeja verificar quais os enfoques que os projetos pedagógicos dos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas (UFPA) e de Ciências Naturais (UEPA) estão atribuindo à Educação Ambiental. Para tanto, procedemos à pesquisa documental nos Projetos Político Pedagógicos dos cursos citados. Os documentos da UEPA apresentam algumas habilidades, voltadas à temática educação ambiental, que seus egressos devem possuir. Nos Projetos Político Pedagógicos dos cursos da UFPA, percebemos que nas cidades de Altamira e Belém, são quase imperceptíveis enfoques que embutem a Educação Ambiental, enquanto Bragança e Soure contemplam em sua base curricular a disciplina de Educação Ambiental. Sabemos que é necessário que haja incorporação de modo mais incisivo da complexidade ambiental nos currículos dos cursos de formação de professores, principalmente naqueles localizados na Amazônia em que observamos uma grande biodiversidade ecológica em social.

Palavras-Chave: Educação Ambiental, Projeto Político Pedagógico, Universidades.

### **Introdução**

As mudanças pelas quais o mundo contemporâneo vem passando, a busca por uma qualidade de vida e por melhores condições ambientais levanta diversas discussões no âmbito educacional, no sentido de formar professores que atuem na mediação de saberes atrelados à temática Educação Ambiental (EA).

Esta formação é garantida pela lei Nº 9795/99, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, em que ressalta a necessidade da utilização desta temática em todos os níveis de educação, ou seja, da pré-escola até a pós-graduação, em virtude da sua importância para a

formação de um cidadão crítico, consciente e dotado de responsabilidade para com o ambiente (BRASIL, 1999).

Sendo assim, as licenciaturas assumem um papel de destaque neste cenário, pois atuam na formação de professores que trabalharão na educação básica, mediando os saberes referentes à EA. Neste sentido, é necessário que as Universidades adéquem seus currículos as novas tendências, visto que estes profissionais atuarão diretamente no desenvolvimento de cidadãos no que concernem os aspectos socioambientais.

Para Queiroz e Plácido (2012), a formação inicial dos professores deve conclamar aspectos construtivos referentes ao compromisso sociopolítico, ambiental e cidadão. Nessa direção, Penteadó (2007) defende que nos cursos de licenciaturas sejam inseridas dimensões de caráter socioambiental, tanto de maneira teórica quanto nas atividades pedagógicas, para que estes educadores tenham subsídios formativos para desenvolver em suas práticas escolares a EA.

Os Cursos de Ciências Biológicas e Ciências Naturais, por terem uma grade curricular debruçada sobre questões ambientais, pode proporcionar um contato direto com questões inerentes à EA. No entanto, para efetivar esta perspectiva educacional, é importante ter em vista não apenas os aspectos ecológicos, mas, sobretudo, o social, econômico, político e cultural. Neste mesmo sentido, Reigota (1995, p. 10) sinaliza que: "(...) a EA é uma proposta que altera profundamente a educação como a conhecemos". Trata-se de uma educação que visa (...) a participação dos cidadãos nas discussões e decisões sobre a questão ambiental.

Partindo destes pressupostos, é que o presente estudo aborda uma pesquisa através de análises curriculares dos cursos de Ciências Naturais da Universidade Estadual do Pará (UEPA), e de quatro cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal do Pará (UFPA), objetivando verificar quais os enfoques estas instituições de ensino superior estão atribuindo à EA, e se realmente há uma atenção voltada para esta temática tão importante no contexto atual.

### **Metodologia**

Pautada na pesquisa documental e nos princípios que regem a Educação Ambiental, realizamos um apanhado dos Projetos Político Pedagógicos dos cursos das instituições supracitadas de Licenciatura Ciências Naturais (UEPA) e Licenciatura em Ciências Biológica (UFPA), todos disponibilizados na internet, procurando localizar conjecturas pertinentes à temática ambiental, já que como diz Rodrigues et al (2010, p.8) “o Projeto Pedagógico (...) manifestaria um perfil de

profissional a ser formado de acordo com as dimensionalidades regionais, conteria a projeção da identidade pedagógica e socioambiental a ser construída.”

Nos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas (UFPA) foram priorizados aqueles localizados nas cidades de Altamira, Belém, Bragança e Soure. Já em relação à UEPA, obteve-se um documento que contempla todos os cursos localizados no estado do Pará, cabe ressaltar que estes cursos de Ciências Naturais habilitam profissionais a trabalharem com Química, Biologia ou Física.

### **Resultados e Discussões**

#### Universidade Estadual do Pará

Atualmente, a UEPA oferta onze cursos distribuídos em várias regiões do Estado da Pará. Percebemos que o processo histórico do curso foi pautado em projetos e eventos com a temática em Educação Ambiental. Dentre as habilidades pedagógicas que estes profissionais devem incorporar encontramos algumas que se remetem diretamente à Educação Ambiental, como por exemplo:

Identificar as políticas ambientais para a Amazônia e compreender suas aplicações para o desenvolvimento humano, social, cultural e ecológico; Identificar as relações entre sustentabilidade, biodiversidade e educação ambiental; Identificar os impactos ambientais dos principais projetos da Amazônia; Utilizar a educação ambiental como fator importante para o desenvolvimento sustentável da pessoa, da sociedade e do meio ambiente. (UEPA, 2009, p. 79).

Já com relação ao ementário, evidenciamos a disciplina denominada como: “tendências educacionais para o ensino de ciências” com 80 horas, em que menciona a EA como um dos eixos a serem estudados (UEPA, 2009, p. 90).

O Projeto Político Pedagógico de Ciências Naturais da UEPA mostra-se de forma mediana interessado na formação de licenciados para um caráter ambiental. Contudo, a instauração da EA na prática faz-se necessário, é o que assevera a Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999), saber se este currículo vem se incorporando no cotidiano dos alunos dos cursos de graduação, bem como, de que modo, torna-se uma tarefa imprescindível para a pesquisa em EA na Amazônia.

#### Universidade Federal do Pará

Percebemos que nos currículos de Ciências Biológicas da UFPA, o Projeto Político Pedagógico apresentado pelo curso de Altamira possui apenas uma disciplina denominada “Saúde

Coletiva e Meio Ambiente” de 51 horas, em que a sua descrição consta habilidades e competências voltadas para preservação ambiental e na busca de compreender o vínculo homem-animal-meio, ambiente e avanços. Em Belém, notamos a disciplina denominada de “Homem e Ambiente” de 102 horas, propondo a discussão sobre os impactos gerais do homem sobre o ambiente e a interação entre as ciências ambientais e sociais. Já em Bragança e Soure, ambas contempla em sua base curricular a disciplina de EA de 68 horas, em que objetiva desenvolver ações para soluções de problemas, bem como tomadas de decisão para a ação social e ambiental.

No que cerne os currículos, principalmente das cidades de Belém e Altamira, identificamos a Dispedagogia Ambiental (FONSECA, 1995; GOUVÊA, 2006) que é caracterizada por um projeto educacional que não enfatiza os aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos atrelados aos ambientais, gerando uma Deseducação Ambiental (WALDIMAN, 2003), ou até mesmo uma falsa ilusão de trabalhar de maneira efetiva e emancipatória a EA, porém, com ações superficiais e dicotômicas.

Cabe considerar ainda que um dos grandes problemas levantados sobre o ensino de Educação Ambiental é a descontextualização, caracterizada por não entender como as pessoas compreendem o ambiente onde estão inseridas, incluindo necessidades, problemáticas, estimas e costumes (CUNHA; ZENI, 2009). Outra problemática é o fato de que uma mensagem desagregada das questões socioambientais pode tornar-se alienante e envergada para uma concepção conservadora e antropocêntrica no que se refere às questões ambientais (LEFF, 2003).

Nesta direção Freire (1996) denuncia que o “desenvolvimento do senso crítico” foi o que menos se praticou em nossas instituições de ensino. Veiculando atualmente um modelo de desenvolvimento que influencia as práticas pedagógicas, resultando na busca da formação de atores para que se adéquem ao mercado de trabalho, sem levar em conta o desenvolvimento destes para tornarem-se formadores de opiniões.

Nos cursos localizados nas cidades de Soure e Bragança, observa-se uma atenção maior para a EA ao propor disciplinas que contemplem esta discussão, no entanto, faz se necessário repensar sobre o aspecto interdisciplinar e multidisciplinar que a EA deve contemplar. Neste sentido, a Política Nacional de Educação Ambiental, proclama-se como contrário à oferta da EA de modo disciplinar, alegando a fragmentação educacional que está perspectiva metodológica causará, deixando de contemplar a formação integral do sujeito.

Júnior e Guimarães (2003) propõem algumas questões que devem ser refletidas para a consolidação da EA nos cursos de Ciências Biológicas da UFPA: discussões de modo prático e

teórico sobre a Educação Ambiental; estimular alunos para a cidadania, de modo a questionar as diversas esferas sociais; permitir que os alunos tenham contato com as leis ambientais em sua totalidade. Portanto, baseados nos autores supracitados, a discussão sobre EA deve não ser apenas alvo de reflexão, haja vista que, as ações conscientes devem além de constar de modo imbricado no currículo, materializar-se na prática diária de todos os cursos das Instituições Superiores.

### **Conclusão**

Sabemos que é necessário que haja incorporação de modo mais incisivo da EA no currículo dos cursos de formação de professores, principalmente naqueles localizados na Amazônia em que observamos uma grande diversidade ecológica em social. Portanto, torna-se indispensável verificar se realmente o currículo dos cursos em Ciências Naturais (UEPA) estão sendo instaurados na prática, envolvendo temáticas relacionadas aos aspectos socioambientais, estimulando o processo de construção de profissionais para cidadania.

Em relação aos cursos de Ciências Biológicas (UFPA), é necessário que haja incorporação de modo mais incisivo da EA no currículo dos cursos de formação de professores, principalmente nos aqueles localizados nas cidades de Altamira e Belém, inserindo de modo conectado e crítico.

É irrefutável o fato de que a pesquisa investigada obviamente não se esgotou, nem mesmo o tema proposto a ela. Fazem-se necessários mais estudos que englobem o universo dos alunos e professores destas instituições para com relação à EA, levantando discussões e reflexões sobre tais aspectos.

### **Referências**

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política da Educação Ambiental e dá outras providências.

CUNHA, S. T.; ZENI B. L. A. A representação social de meio ambiente para alunos de ciências e biologia: subsídio para atividades em educação ambiental”: uma contribuição à educação ambiental. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 78, n. 188-190, p. 86-123, 2009.

FONSECA, V. **Introdução às dificuldades de aprendizagem**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática pedagógica**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOUVÊA, G. R. R. Rumos da formação de professores para a Educação Ambiental. **Educar em revista**, n. 27, p. 163-179, 2006.

LEFF, E. Pensar a complexidade ambiental. In: LEFF, E. (Org.). **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003.

PENTEADO, H. D. Meio **ambiente e formação de professores**. – 6. Ed. – São Paulo: Cortez, 2007.

QUEIROZ, E. D.; PLÁCIDO, P. O. Um olhar para a formação de professores a partir da educação ambiental crítica. XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino. **Anais...** Campinas, 2012.

REIGOTA, M. Meio **ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 1995.

RODRIGUES, J. C.; et al. Educação Ambiental nos Cursos de Licenciatura em Química: Resultados Preliminares. V Encontro Nacional da Anppas. **Anais...** Florianópolis, 2010. UFPA.

Universidade Federal do Pará. Projeto Político-Pedagógico do Curso de Licenciatura em Biologia, Campus Universitário Bragança. Belém, 2006. UFPA.

Universidade Federal do Pará. Projeto Político-Pedagógico do Curso de Licenciatura em Biologia, Campus Universitário Altamira. Belém, 2010.

UFPA. Universidade Federal do Pará. Projeto Político-Pedagógico do Curso de Licenciatura em Biologia, Campus Universitário Belém.

UFPA. Universidade Federal do Pará. Projeto Político-Pedagógico do Curso de Licenciatura em Biologia, Campus Universitário Soure. Soure, 2010.

UEPA. Universidade Federal do Pará. Projeto Político-Pedagógico do Curso de Licenciatura Ciências Naturais com habilitação em química, física e biologia. Belém, 2009.

WALDMAN, M. Natureza e sociedade como espaço de cidadania. **História da cidadania**, v. 2, p. 545-561, 2003.